



Alfabetização na educação infantil e anos iniciais: desafios e perspectivas

Grazielle Jacintho SPERDUTI

Caroline de Santana GARCIA

RESUMO: A alfabetização, sobretudo na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é um processo essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural das crianças. Mais do que a simples aprendizagem do sistema alfabético, alfabetizar significa inserir o estudante em práticas de letramento que lhe permitam compreender, interpretar e usar a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais. Este trabalho discute os principais desafios e perspectivas da alfabetização na primeira infância, abordando concepções teóricas, práticas pedagógicas, o papel da família e da comunidade e as políticas públicas que orientam o processo. A pesquisa se fundamentou em revisão bibliográfica de autores como Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (2004) e Mortatti (2010), que ressaltam que a alfabetização deve articular teoria, prática pedagógica e experiências sociais da criança. Evidencia-se que a formação docente, o engajamento da família e a efetividade das políticas públicas são fatores determinantes para o sucesso da alfabetização. Conclui-se que esse processo só pode ser pleno quando existe articulação entre escola, família, comunidade e Estado, assegurando às crianças o direito de se tornarem leitoras e escritoras competentes e críticas desde os primeiros anos de escolarização.

Palavras-chave: Alfabetização; Educação infantil; Letramento; Ensino fundamental; Práticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização é um dos marcos mais significativos na vida escolar da criança. Representa o momento em que ela passa a interagir com a linguagem escrita de forma ativa, compreendendo que ler e escrever são práticas sociais indispensáveis à vida em sociedade. Não se trata apenas de aprender códigos e letras, mas de desenvolver a capacidade de interpretar, atribuir sentido e se comunicar por meio da escrita.

Na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alfabetizar exige oferecer às crianças experiências que vão além da repetição mecânica de letras ou sílabas. É preciso criar condições para que descubram o valor da escrita no dia a dia, desde registrar suas ideias até compreender textos presentes no cotidiano, como bilhetes, histórias, propagandas ou sinais. Assim, a alfabetização deve estar vinculada à realidade cultural e social em que a criança está inserida.

Nesse contexto, o professor assume papel essencial como mediador do conhecimento. Cabe a ele planejar práticas pedagógicas significativas, que despertem a curiosidade e incentivem a interação com diferentes gêneros textuais. O trabalho docente deve favorecer a leitura compartilhada, a produção de textos, a exploração de diferentes materiais e o reconhecimento de que a escrita é uma ferramenta para comunicar, registrar e transformar experiências.

Outro aspecto a destacar é que a alfabetização não ocorre isolada, mas dialoga com outras áreas do conhecimento. Quando a criança relaciona a leitura e a escrita com experiências de Ciências, História, Matemática ou Arte, percebe a função social da linguagem escrita e amplia sua compreensão de mundo.

Entretanto, os desafios ainda são muitos. As desigualdades socioeconômicas, a falta de infraestrutura escolar e a necessidade de adaptação às novas linguagens digitais tornam a alfabetização uma tarefa ainda mais complexa. Nesse cenário, alfabetizar significa também garantir equidade e respeitar os diferentes ritmos e contextos de aprendizagem das crianças.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Concepções de alfabetização e letramento

Ferreiro e Teberosky (1999) revolucionaram os estudos sobre alfabetização ao demonstrar que a criança constrói hipóteses sobre a escrita antes mesmo de ser formalmente alfabetizada, passando por diferentes níveis até compreender o princípio alfabético. Essa perspectiva construtivista mudou a prática pedagógica, tornando-a mais respeitosa com os processos de construção de conhecimento das crianças.

Para Soares (2004), alfabetizar é também letrar. Ou seja, é preciso garantir que a criança aprenda não apenas a decodificar letras, mas a usar a leitura e a escrita de forma significativa em

práticas sociais reais. Isso implica que a alfabetização deve estar vinculada ao cotidiano do aluno, de modo que ele reconheça a importância da linguagem escrita como instrumento de participação social.

Essa concepção amplia a visão tradicional de alfabetização e propõe práticas mais críticas, conectadas à realidade cultural e social das crianças.

2.2 O papel da escola e da formação docente

A escola é o espaço central da alfabetização, mas sua eficácia depende diretamente da formação e do engajamento de seus professores. Mortatti (2010) enfatiza que o professor alfabetizador precisa dominar tanto os conteúdos quanto as metodologias adequadas, compreendendo a complexidade do processo de aprendizagem infantil.

A formação continuada assume papel estratégico, permitindo que o docente acompanhe novas pesquisas, tendências e metodologias. No contexto atual, marcado pelo uso crescente das tecnologias digitais, a formação docente deve contemplar também competências tecnológicas, assegurando que os recursos inovadores sejam usados de forma pedagógica e inclusiva. Além disso, a escola precisa criar uma cultura institucional voltada ao incentivo à leitura e à escrita, transformando o espaço escolar em um ambiente letrado e estimulante.

2.3 O papel da família e da comunidade

O envolvimento da família é outro elemento fundamental para o sucesso da alfabetização. Crianças que crescem em ambientes com acesso a livros, revistas, histórias e práticas de leitura cotidianas desenvolvem maior interesse e habilidades no contato com a escrita (CAGLIARI, 2009).

A escola, nesse sentido, deve buscar aproximar a família do processo de alfabetização, promovendo reuniões, oficinas e momentos de leitura compartilhada. Parcerias com a comunidade e instituições culturais também ampliam as oportunidades de contato com práticas sociais de leitura e escrita, fortalecendo o processo de alfabetização e tornando-o mais significativo.

2.4 Políticas públicas e desafios contemporâneos

As políticas públicas são determinantes na garantia do direito à alfabetização. Programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foram criados para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Contudo, a efetividade dessas políticas enfrenta obstáculos, como falta de recursos, desigualdade regional e dificuldades de implementação.

Além disso, o impacto da pandemia de COVID-19 revelou lacunas ainda maiores. A interrupção das aulas presenciais trouxe retrocessos no processo de alfabetização, exigindo das escolas estratégias de recuperação e reforço escolar. As desigualdades de acesso a tecnologias digitais agravaram o cenário, destacando a urgência de políticas inclusivas que garantam equidade.

Assim, o desafio contemporâneo é não apenas alfabetizar todas as crianças, mas fazê-lo de forma justa, inclusiva e significativa, considerando os diferentes contextos sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização na Educação Infantil e nos anos iniciais é um processo multifacetado, que exige articulação entre práticas pedagógicas bem planejadas, professores qualificados, políticas públicas consistentes e a participação ativa da família e da comunidade.

Concepções atuais mostram que alfabetizar vai além da decodificação do código escrito: envolve práticas de letramento que inserem a criança no universo cultural e social da leitura e da escrita. Nesse processo, a escola precisa ser um espaço rico em experiências, a família deve ser parceira constante e o Estado deve assumir sua responsabilidade em garantir condições adequadas.

Superar os desafios da alfabetização exige investimentos em formação docente continuada, ampliação de políticas públicas, valorização profissional e criação de ambientes letrados desde a infância. É preciso, ainda, considerar as mudanças sociais e tecnológicas, garantindo que a alfabetização dialogue com as demandas contemporâneas.

Conclui-se que a alfabetização é um direito inegociável e um dos fundamentos para a participação plena na sociedade. Para assegurar esse direito, é necessário unir esforços de todos os envolvidos no processo educativo, de modo que cada criança tenha a oportunidade de se tornar leitora e escritora competente, crítica e criativa desde os primeiros anos escolares.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização & linguística. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.